

Sartre – uma exigência ética

Luís de Araújo

Univ. do Porto

É difícil crer que o pensamento de Sartre esteja com os seus dias contados, ao contrário do que vaticinam os seus mais ferrenhos adversários. Assiste-se hoje em dia a uma certa revitalização da sua filosofia que, longe de sucumbir aos inúmeros ataques aparentemente mortais que têm sido contra ela desferidos, tem revelado suficiente resistência para não se render aos desafios que a cercam, mantendo sempre viva a discussão em torno dos seus pontos mais polémicos. Deve, no entanto, ficar claro desde já que não me assumo como um dos nostálgicos do clã que o venera, refractário à confrontação com certas ambiguidades e fraquezas, apenas sublinhando a relevância e a grandeza da sua reflexão, sobretudo em torno da problemática ética. Todavia, repensando a obra de Sartre, reconheço-a, a bem da verdade, como fascinante, controversa, portadora de esperança e admiravelmente comprometida num combate singular em prol de um sentido ético para a existência humana, constitui um itinerário reflexivo em torno do irrevogável confronto do ser humano com os seus horizontes e os seus limites. Revisitar a lucidez e o esforço teórico de um pensador preocupado com a concreta realidade humana, a um tempo, inquietante e trágica, mas também vocacionada à perfeição e à felicidade, facultá-nos conviver com uma concepção de Filosofia entendida como sabedoria antidogmática para a existência cuja matriz significante revela um certo sentido optimista e generoso capaz de atenuar o último reencontro com um persistente niilismo.

Na trajectória do pensamento filosófico contemporâneo o contributo de Sartre, profundamente animado pelo signo de Prometeu, configura uma ousada e atribulada tomada de consciência de dupla face – por um lado, a afirmação de uma permanente revolta lúcida perante a absurdidade da condição humana e, por outro, o projecto de alcance transformador capaz de estimular a irrupção de formas de vida e perspectivas favoráveis à emancipação ou desalienação total de cada ser humano, em prol da sua plena personalização enraizada na mais sublime experiência humana – a Liberdade. Desconcertante para uns, deplorável para outros,

contudo, importa reconhecer a sua intervenção no espaço público cultural, não só como recusa do tradicional e austero intelectual que na reclusão do seu gabinete, pensa o mundo e a vida, mas, sobretudo, como apelo constante à consciência crítica face aos dados da vida quotidiana. O que há de decisivo no filosofar inconformista, antidogmático e heterodoxo, presente nos estudos e ensaios magistrais, bem como nos romances, novelas e peças de teatro que nos legou, é um combate singular, difícil, mas manifestamente sublime para que a vida tenha algum sentido, para lá do desespero que a contingência e a finitude provocam inexoravelmente. Combate insubmisso perante esses trágicos limites, combate persistente e empenhado em dominar os delírios históricos que violam a liberdade e suprimem a justiça.

Desde início, o seu pensamento recusou o modo oficial de assumir a Filosofia, impregnado de abstrações, que a reduziam a um dissertar mais ou menos hermético sobre questões sem proximidade com a realidade e o quotidiano. Não obstante, apesar de alguns filósofos que o precederam, tais como Husserl e Heidegger, tivessem contribuído para um novo estilo em Filosofia, uma nova maneira, como que um sentido existencial da Filosofia onde a ontologia e a ética, bem como o conhecimento e a moral se tornam reflexivamente próximos, desenvolvendo-se, em certa medida, o que poderá designar-se como uma nova dimensão da Filosofia. Na realidade, ao exercício oficial da Filosofia, Sartre vai defender a necessidade incontornável de pensar o “trágico da vida”, como nos diz na *Crítica da Razão Dialéctica* (tomo I, p.23). Nesta perspectiva se compreenderá a importância que Sartre atribuirá à dimensão de liberdade e projecto que define o sentido da consciência humana.

Em síntese, o contributo de Sartre exprimiu firmemente a convicção da necessidade de uma aliança pensamento – acção, entrevendo a Filosofia como um projecto maximamente racional, autêntico e livre, existencial e activo, logo de índole ética, porventura configurando-se como uma exigência radical e responsável para a construção, viva e aberta, do sentido do mundo e da grandeza da condição humana. Uma filosofia onde a teoria visa a prática, recusando dissolver-se em logomaquias susceptíveis de a conduzirem ao limiar de uma decadência e da sua abolição ou epílogo. Por consequência, o projecto filosófico de Sartre revê e reinventa uma linha de rumo que dita a obrigação de uma rigorosa análise do que Husserl designava por ‘mundo da vida’, reconhecendo a presença, no ser humano, de uma força dominante, a racionalidade e a liberdade, capaz de compreender a complexidade da existência humana. Olhar de frente a vida e assumir o pensamento como acção sobre o mundo, apelando a uma consciência crítica acordada e única fonte do sentido e dos valores resulta incómodo e intranquiliza as pessoas, mas define uma atitude moral marcada pela recusa à resignação face à injustiça e à tragicomédia social.

O pensamento de Sartre desencadeou uma certa viragem na História da Filosofia?

Concebendo viragem como mudança de rumo ou de direcção de um determinado percurso, mormente na aventura das ideias, penso que a reflexão de Sartre se assumiu como um acto de revolta intelectual contra o que estava instituído, um acto de liberdade que traduziu a reivindicação da pessoa contra o sistema, muito embora o existencialismo se apresente, em certa medida, como herdeiro de uma reflexão em torno da existência humana, da tragédia em que se revela, como da autenticidade que exige, tema cuja longínqua raiz se encontra no pensamento dos Estóicos e que encontrou eco em Descartes, mas, sobretudo, em Pascal e nos oitocentistas Kierkegaard e Nietzsche. Todavia no conteúdo do pensamento de Sartre descobrem-se não só uma conceptualização própria, como também diferentes tomadas de posição éticas. Com efeito, a meditação sartriana em torno da angústia e da contingência humanas donde irrompe a inexorabilidade da liberdade no centro da condição humana constitui desde o início a matriz decisiva, aureolada pelas influências de certos aspectos do pensamento alemão, particularmente a dialéctica hegeliana e a fenomenologia husserliana, bem como de algumas interrogações heideggerianas, constitui, como dizia, toda uma ingredienciologia do edifício que Sartre construiu e que nos aparece como uma filosofia da liberdade, isto é, uma concepção do ser humano e do mundo inteiramente dependente da liberdade, tal como deparamos nessa admirável obra intitulada “*O Ser e o Nada*”, peça-chave para a compreensão do seu pensamento filosófico, onde se explicita detalhadamente uma análise existencial da realidade humana que deixa entrever, como ele próprio escreveu, “o que será uma ética que assumirá as suas responsabilidades face à realidade humana em situação”. De facto, a problemática ética ganhará doravante na sua obra, um destacado lugar. Aliás, a circunstância histórica – anos da 2ª guerra mundial – marcou o seu pensamento contribuindo para reforçar o seu empenhamento ético e político. As suas peças de teatro, tal como os romances que escreveu são obras capitais para o esclarecimento das ideias de liberdade, compromisso e responsabilidade que inspiram toda a sua antro-po-ética, a sua concepção de história e a sua intervenção política. Não hesito em pensar que com “*O Ser e o Nada*”, Sartre distanciou-se da tradicional reflexão filosófica mediante singulares análises em torno da essência da realidade humana, desde o tema da angústia ao da autenticidade, facticidade, liberdade e finitude. Tratava-se ainda de uma fenomenologia da consciência, mas anos depois com a *Crítica da Razão Dialéctica* legar-nos-á uma fenomenologia da praxis individual e de grupo que, embora não configurando mera continuidade da obra anterior, conserva o essencial das suas perspectivas, como pode verificar-se através do conhecimento de obras publicadas postumamente, como os *Cadernos*

para uma *Moral, Verdade e Existência* e o volume II da *Crítica da Razão Dialéctica*. Há alguma controvérsia a este respeito, há mesmo quem considera uma ruptura no pensamento de Sartre que, assim, se revelaria em duas fases. Como se sabe, Sartre aproximou-se do marxismo, a partir de meados do século passado e quando publicou em 1960, a *Crítica da Razão Dialéctica* procurou enriquecer o pensamento marxista com o seu pensar existencialista. A este respeito penso que pode falar-se de uma tentativa de síntese que o levou a acreditar que a justiça passava pela revolução, todavia o seu radicalismo impediu-o durante longo tempo de compreender que a revolução gera também a injustiça, o seu gosto pelo imperativo revolucionário não foi clarividente e levou-o a tentar justificar o recurso à violência e a formas de ditadura ainda que transitórias, evidenciando uma injustificável arbitrariedade próxima de alguma falta de escrúpulo necessariamente incompatível com a obstinada defesa da liberdade que caracteriza o seu projecto ético. Contudo, é pertinente assinalar que no seu diálogo com o marxismo, Sartre acabou por criticar o seu reduccionismo sublinhando o protagonismo do sujeito no plano ético e político. Daí que recusando qualquer perspectiva determinista do humano, convida-nos a uma afirmação da responsabilidade na acção propondo um humanismo da autenticidade, exprimindo assim uma exigência ética radical que não afasta, por si só, algumas interrogações e problemas. Com efeito, Sartre não chegou a fundamentar uma ética, embora tivesse considerado que era necessária para os seres humanos. Todavia, sempre recusou uma moral da indiferença, não obstante a complexidade dos problemas concretos e políticos e as estruturas da sociedade que cercam os seres humanos. Com insistência referiu a necessidade de uma “*moral concreta*”, fruto da liberdade como fonte de todos os valores a par de uma exigência de fraternidade gradualmente assumida até à sua morte. Contudo, Sartre nunca elaborou uma ética objectiva e universalmente válida, nunca aprofundou a problemática dos valores e do dever e, em consequência, tornou-se-lhe impossível ir além de um convite à acção e ao compromisso, muito embora o valor que motivará este convite seja, sem margem para dúvida, o ideal de uma permanente libertação de cada indivíduo concebida como inseparável de uma libertação da Humanidade. Tarefa contínua e talvez sempre inacabada num mundo em que tudo favorece a alienação, para lá da indiferença e insignificância cósmica que cerca a própria existência humana. Todavia, a vida desenvolve-a para lá do desespero num exercício da liberdade e projecto situado que se dilui na solidão inscrita na própria condição humana. Resta ao ser humano assumir a sua autonomia absoluta, a liberdade impõe-se como obrigação para esclarecer a si mesmo o sentido da sua acção, mas que, afinal, repousa unicamente na sua espontaneidade, isto é, numa pura criatividade do sujeito, alheia ou indiferente à necessária transcendência

objectiva dos valores, condição incontornável para definir critérios de moralidade universais que, acima de tudo, se apresentem sem marcas de arbitrariedade e caprichismo, capazes portanto de oferecerem garantias inabaláveis. Com efeito, o exercício da liberdade só evitará entregar-se à emotividade se for orientado pela razão e, em consequência, tornar patente a justificação responsável das suas opções. A ausência de uma justificação pública e argumentativa de índole racional remete para uma deserção – a deserção perante a responsabilidade moral, o que tornará a ética simplesmente impossível, transformada numa ilusão incerta e vazia. Para evitar este logro, a liberdade tem necessariamente que se apresentar para lá de uma pura espontaneidade, transformando as suas causas em fins objectivos susceptíveis de universalização. De facto, a liberdade tem necessariamente que se apresentar para lá de uma pura espontaneidade, transformando as suas causas em fins objectivos susceptíveis de universalização. Com efeito, a liberdade não pode ser considerada um fim em si mesma, porque pode conduzir à injustiça e ao crime. A inegável redução que o pensar sartriano da liberdade transmite ofusca a sua margem de fracasso, porque não responde satisfatoriamente ao confronto com a complexidade das situações existenciais, pois o seu radicalismo tende a instaurar uma solidão e uma incomunicabilidade geradoras de uma crispação que conduz à indiferença ou à anarquia. Em suma, a liberdade ética exige que o ser humano supere as meras opiniões para que se realize na comunidade humana. Por consequência, é falso que a liberdade se situe ao nível das pulsões ou possa reduzir-se ao dinamismo da vontade individual, porque importa considerar as condições admissíveis da sua emergência, não se confundindo com puro livre-arbítrio.

Feita esta breve incursão crítica importa, contudo, não perder de vista que nas suas últimas reflexões, como que repensando o essencial do seu pensar ético, Sartre explicitamente defende uma exigência de fraternidade a par de um humanitarismo concreto que constituem traços excelentes no seu projecto. Ao longo da vida, preocupou-se em construir uma ética que possibilitasse relações autênticas entre os seres humanos, quotidianamente fraternas, não obstante a presença de um pessimismo absoluto com que assume a condição humana, “paixão inútil” como afirmou, mas que não renuncia a traduzir em dignidade e plenitude a existência. Nesse itinerário reflexivo podem destacar-se essencialmente três fases que, apesar das diferenças, permitem entrever um traço unitário que se inicia pela análise das estruturas que caracterizam a vida individual, prolongando-se depois, ao escrever a *Crítica da Razão Dialéctica*, pela análise das estruturas da realidade social e histórica, interpretada de modo materialista e, por fim, após o diálogo polémico com o marxismo, Sartre assume uma atitude de moralista, responsabilmente comprometido, considerando a ética como uma perspectiva dominante para a qual a humanidade deve

tender, isto é, um ideal de fraterna generosidade que venha a ser, como afirmou na entrevista final com Benny Levy em 1980, a base de uma “relação única e evidente entre todos os seres humanos” de modo a que “a moral venha a ser simplesmente a maneira de viver dos homens”, numa harmoniosa alteridade, sublinhando que a presente confrontação entre violência e fraternidade “não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico”. Neste sentido, convida-nos a não abdicar da esperança na autêntica emancipação humana, contudo, deixou em aberto o modo como deverá estabelecer-se tal esperança, referindo-a apenas como “uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições”. Concordamos com Vergílio Ferreira quando, a este propósito, escreveu que “é comovente sabermos que à hora do fim, Sartre tenha podido sobrepor a esperança a essa «paixão inútil» com que definira o homem”, todavia não passa de um apelo sem normatividade alguma, incapaz por si só de superar a ausência de um imperativo incondicionalmente obrigatório e acima das circunstâncias. A esperança na humanização plena dos seres humanos não evita que as opções possam permanecer arbitrarias e sem fundamento indiscutível em que se apoie a experiência da responsabilidade. A responsabilidade para quê? Como afrontamento da angústia? Que acções deve a responsabilidade empreender? A esta questão dos conteúdos, Sartre não responde claramente. Não há, afinal, ética concreta, porque o formalismo não é suficiente para determinar concretamente se uma acção é obrigatória ou permitida, não propõe critérios seguros para examinar o valor moral dos conteúdos e finalidades da acção. Com efeito, só uma ética material os poderá efectivamente determinar, apresentando-se como objectiva e universalmente válida.

Todavia, seria incorrecto e injusto não reconhecer que a reflexão sartreana de índole ética aspira à valorização integral do ser humano, ainda que permaneça na incerteza, na náusea da sua desesperança, na angústia da sua liberdade, na assunção corajosa da responsabilidade verdadeira, sem fundamento para além de uma autenticidade radicada na essencial contingência da condição humana. Mas precisamente a sua proposta ética, implicando uma confiança no ser humano tratado como absoluto, isto é, como capaz de se fazer e totalmente responsável por si, coloca-nos um desafio exigente que se traduz num convite à solidariedade porque a vida dos seres humanos será sempre um inferno se a experiência da intersubjectividade permanecer como um confronto de inimigos. Com efeito, na trajectória da sua meditação moral importa destacar singularmente esse ideal de fraternidade a fim de que a existência tenha algum sentido, apesar de sempre se divisar no horizonte a desgraça injustificável que é a finitude que torna tudo inútil na insignificância do todo. A ética pode ser simplesmente impossível se a liberdade, fonte de todos os valores, recusar a fraternidade – eis o que Sartre constatou no fim da sua vida,

ao reconhecer que a construção de um mundo melhor exige uma moral de reciprocidade humana atenta à complexidade da existência, atravessada pela contingência e pela liberdade. Sartre deixou em aberto a reflexão em torno de uma moral de alteridade e a sua ilimitada exigência de justiça, apenas nos legou o perfil ético de um filosofar que aponta para um mundo onde não hajam, como defendeu Albert Camus, “nem vítimas, nem carrascos”. A partir deste ponto de vista, Sartre propõe, no final da sua vida, um itinerário que a sua morte bloqueou, um itinerário que se iniciava como uma autocrítica relativamente ao dogmatismo revolucionário que a sua intervenção intelectual tantas vezes assumiu gerando erros, ódio e desprezo. Como não pensar na hipótese de uma viragem decisiva na mensagem ética do pensamento de Sartre? A definitiva ausência de resposta não é, contudo, obstáculo para, vinte e cinco anos depois do seu falecimento, redescobrir a validade do repto sartriano em prol de um Humanismo que torne possível a liberdade na fraternidade.